Illm.o Snr. Dor. Juiz de Fora

Diz o Major Jorge de Sa. de Avilla e Bitancourt que tendo Ordem de força nova que trouxe a José Lourenço de Mendonça, que para Cima fosse fazer notificar a Tenente Mor Major José Joaquim Bernardino, visto que outras vezes tem sido notificada, Recusarão vir, de Segunda Dilação de dez dias se acha finda, não tendo p. isso tempo de as fazer vir com toda a Lig p. [illegible]

Pede a V. M. seja servido Mandar que se cite visto expirar nesta Cidade

E. R. M.

Rio de Janeiro 23 de Junho de 1831

Diligencia

Certifico

Certifico em Cumprimento do Mandado que me Intimou o Tenente Coronel Major José Ignacio Ferreira Pinto Dantas para depor na Causa de Devassa de Sedição Vitoria, do que dou fé. Recife 29 de Janeiro de 1833

Joaquim Fran.co de Assis Lopes.

Illmo Snr Dor Juiz de Fora

Diz o Major Jorge de Sz.ª de Mello. que notandose de Sor pasmosa que Contende Com Joze Lourenço de Medeiros. que tendo o Supe de Prezidir huã Festa no dia Domingo 28 do prezte mes, não lhe foj pocivel Comparecer por Cauza de grande temporal quando Sefez dou a deligoã de 10 dios. nesta Conçederlhe que seja atestemunha tabida em o dia hoje.//

Ingenuo. Deferro.

23. de Janeiro de 1833

Segue-se o Atto de Sedigne-se que se lhe torne em atenção ao Requerido //

D'ajuntar

D.ª ajuntada.

Aos primeiros dia do mez de fe-
vereiro de mil oito centos trinta e
tres annos, nesta Cidade de
Bethlem na Egreja de Santa Ca-
tharina, em meu Cartorio a-
pareceo a Autora a Viuva
do Reo que adiante se dirá,
de que para constar fiz este
termo. Eu Joaquim Fran-
cisco de Lima Escrivão que
o escrevi.

Diz José Lourenço de Medr.ª morador no Rio de S.to Diogo no Rio do Cubatão, que no Cubatão de força que lhe moveo o Major Jorge de Sousa de Avilla Botamut, teve o Supp.e despeza de quarenta e tantas mil reis no dia 18 de Agosto de mil e oitocentos e trinta e dous, e porque athe o presente ainda o mais não conheceo de ter de Embargos, e perigoza que Ouvirão na quelle dia com hé Constante não poderão passar ainda hoje pello que acima se acha Justo e Seja Servido mandar lhas Entregar visto por que ninguem fazer ofício algum sem Jornada em Cazo dezigual

Informe-se

Dezembro 1 de 1833

Seja Servido dispensar

Fazer ... ao Supp.e porque com seguro

Seguro pela porta athe a hora da

Entrada seguinte ...

Dajuntodre

Aos quatro dias do mes de Fe-
vereiro de mil oito centos tri-
ta e tres annos, nesta Cidade
do Desterro na Ilha de Santa
Catharina, em meu Cartor-
rio ajuntou aretes Autoridades
Judiciarias dos Auditores e
dos Reos, que adiante degeram
de que para constar fasso es-
te termo. Eu [illegible] Francis-
co de Assis Leite Pinto Escrivão
que o escrevy. D—

Aprtada

Aos vinte seis dias do mez de Ja-
neiro de mil oito centos trinta e
tres annos, nesta Cidade do Des-
terro na Ilha de Santa Catha-
rina, em meu Cartorio pelo Ju-
iz ordinario Jose Telles Pi-
nheiro e Silva, foram ingui-
das as seis testemunhas, que por
parte dos Autores. o Major Jor-
ge de Souza d'Avila, lhe foi mui-
to bem juradas as apresentadas, das
quaes deu. fe. nos autos do mora-
dor dos Officios e de seus costumes e
disto dou fe. E logo, as quaes
se Contrariaram este termo.
Eu Joaquim Francisco d'Affon-
seca, Escrivão o escrevi

Manoel Francisco de Souza
Carado, morador na Freg.ue
zia da Encarnação desta Cid.e que
vive do Officio de Ferreiro do-
Juiz de Paz da dita Freguezia,
de idade de trinta
e seis annos, testemunha
jurada aos Santos Evange-
lhos pelo Inquiridor, prometteo
dizer verdade do que for
me disse ser Compadre dos
Autores, e nada. Respon-

dou a 4.

Test.a 5.a

Esperientação pelo Conthenda
nde Petição dos Autores, opo-
lhar tem, que lhe foi lida e
declarada pelo dito Juiz
rido.

Petição p.3

Dise Dise que deb. prover, que
pela Demarcação antiga
feita pelo Demarcador José
Alberto, á vista annos pouco
mais ou menos entre terras
de Francisco de Sousa Tavares,
do Rio, posse [illegible] Ximo dra
vejando dizer os ros. de que
se trata, o que diz á Testa, fi-
cando o Lugar nomeado Au-
tor tinha posta a referida
Calha no Ribeiro do dito
Tavares, do pio do Ximo ao
Lugar onde atravessou a ca-
deira: pelo Ximo que o
Rio mandou agora botar
pelo Peito Manuel Alberto
res do Nascimento, fi ou de-
ger Demarcou da Calha
pertencente do Rio, ca da di-
eito, ouvindo, p. ditos, segun
do tem elle Testemunha de au-
vido dizer. Disse mais que
elle Testemunha vio dito
Tavares da Licença ao Aut. t.

para nos ser feita lugar de-
tar a folha, por ser dito
to lugar de baixo em que
tubar, que nos não disse, ou-
de lhe lido seu depoimento
o ratificou e assignou com
Juiz ordinario. E logo pelo Tra-
ueiro lhe foi dito e disse, Gerardo
que assim o entendia.
Pinheiro. Manoel Francisco de Souza

Gonçalo José d'Andrade 2.
dalheiro, Juiz ordinario nesta Villa
da do Porto que vive de
seu officio de Calafate, de
idade que disse ser trinta
coito annos, testemunha
jurada aos santos Evange-
lhos pelo Juiz ordinario, pro-
metteo dizer verdade, e dos
tou e disse nada. E pergun-
tado pelo conthudo da pe-
tição dos autores, que lhe
foi lida, e declarada, pelo di-
to Juiz ordinario

Petição fls 3

Disse que sabe que digo sabe Sim.
por elle testemunha ser ver
da o acordado que venhão pa-
ra casa Francisco Tavares com
o Autor, ao Corpo de Oliveira

Alferes Manoel Francisco, a-
rio de testemunha dito
Tavares dizer tinha de do li-
cença do Autor p.ª se ausentar to-
e dego de botar humas ca-
bras nalbardeira do sitio
delle Tavares, e que pela ad-
miração que mandou
elRio dgrde fazer fe-a-lho-
reiro delas ser das Cabras di-
to vinder palmos pouco
mais ou menos longe da-
estrema. Disse ... is que
lhe disse José Lourenço que
tinha herdado p.ª ele, e sua is-
ditas Cabras p.ª ficarem
pela Demarcação da parte
delle Louren.ço, isto dito em
presença de digo de Lourenço
Tavares da presença de
Marcelino Martins, mas
is não disse, e sendo lhe li-
do seu depoimento o ratifi-
cou e sigNOU de que p.ª
não saber escrever com o
to Inquiridor. Eu Joa, in-
Francisco Pereira Lapa, E-
crivão que o escrevi

Signal de
Pinheiro. Gonçalo + José de Sma

Sperta

Aos ... de nove dias do mez de
Janeiro de mil oito centos trin-
ta, e tres annos, nesta Cidade
do Interno da Freguezia de Santa
Cathar.na de Ibiraçaba pelo
Juiz de Paz o Cidadão José
Felix Pereira de Lima foi ahi
procedido a ter.mo hum que
por parte dos Auctores Major
Jorge de Moura D'Avila foi ap-
resentado, do qual lhe mandou
dar vista do mesmo officio e dados contheudos
dito Juiz de Paz, disse que
Juramentar-se-hia e assim o
Juramentou. Eu Joaquim Francisco de Lyra
Escrivão que o escrevi

José Ignacio Bernardino de
Lima, casado, morador na
Freguezia da Cidade do Bis-
po, Major de Cavallaria de li-
nha, que vive de
Lavoura de idade de que disse
ter trinta coito annos, testi-
munha jurada aos Santos
Evangelhos pelo Juiz foi dada
a palavra para dizer verdade
do contheudo e disse nada
perguntado pelo contheudo

3

continuação da petição [illegible]
Autores que lhe foi [illegible]
declarada pelo dito [illegible]

Petição [illegible]

Disse q[ue] sabia ser verdade
que o Autor levantou huma
Casa detrás das [illegible]
moradas sem o [illegible]
com alto, pilares, e [illegible]
de telha, e q[ue] o Autor
assim tem determinado ter ade-
ta Casa para fazer hum
Engenho de [illegible] Reis
de q[ue] elle tem [illegible]
Francisco de Sousa Tavares
lhe disse que tinha de ser
cerca do Caminho para tirar
agoa de [illegible] para
se q[ue] lhe prejudique pelos
quartos, ou caso de que
prejudique [illegible]
aquella da diva, depois
de elle testemunha [illegible]
por lhe dizer o Desembar-
dor Manoel Martins
que na diligencia que
a dita se mandou
fazer, pelo Rio atravessou
na [illegible] donde esta-
va elle dita que o Autor
tinha botado [illegible]

ja: Em o pouco mais ou
menos, mas que ignora
elle Testemunha de ade
marca: o foi ouvido
a Confeita, cujos Costumes
lhe foram dados pela Expo-
sição do Reo e depois de
jurado pela Testemunha
testadores, e daqui deri-
gio-se a Sagoa: para a
Ribeira de Deitada: para de-
clara do Autor onde quer
lhe disse: de Engenho, e
mais não disse, e dando-
lhe lido o seu depoimento
o ratificou: e logo disse
depois Diga Engenho, e que
engenhará as suas duvidas
Respondeu não estão nada
Vista Casa, mas disse em
boa: o no Sitio do Autor
e della Testemunha, dizen-
do lhe o Autor que que
via Conduzir las para
dita Casa, que fica de cha
em distancia de meio Con
tas braças pouco mais
ou menos, e mais não dis-
se, e dando-lhe lido seu
Depoimento o ratificou

ratificou, e depois de ter
o Juiz de Direito Interino
Francisco de Assis Pereira
Derivado que recebeu o
Pinheiro. Vig.º Manoel da Silveira

Aos [illegible] dias do mez de [illegible] de mil oito centos e [illegible] annos, nesta Matriz da Santa Catharina, em meu Cartorio pelo Juiz ordinario do dito Jose Pedro Pinheiro de Mello, foraõ inqueridas as testemunhas que jurarão parte do Reo Jose Lourenço de Medeiros de uma parte, e de outra [illegible] as quaes [illegible] e Reo, e [illegible] Escrivaõ o escrevi

Sentença

Vistos estes Autos de Libello Civil, que entre partes, de uma Autora Viuva Dona Maria Joaquina do Nascimento, e Reo Jose Lourenço de Medeiros, [illegible] Vistos mais [illegible] Vistos finalmente [illegible] Julgo a Autora por parte legitima para a causa, e o Reo por parte illegitima para a mesma causa, e mando que o Reo pague a Autora a quantia de [illegible] que lhe deve, e que se mostra [illegible] Vistos mais [illegible] Vistos finalmente [illegible] Julgo a Autora por parte legitima para a causa, e o Reo por parte illegitima para a mesma causa, e mando que o Reo pague a Autora a quantia de [illegible] que lhe deve, e que se mostra [illegible]

E perguntado pelo Juiz disse
nos artigos da Contestação dos Réos, que não é
dos declarados pelo dito Juiz
que disse nada.

Contestação do 4º

Disse Ao primeiro disse nada, por
não saber. Ao segundo disse
que sabe, porque vio estar
por levantar a Fundação sobre
pilares, cobrir de telha, es-
ta está com parede alguma
e sem madeira alguma para
ser habitante, fabrica, e
deve ter visto a letra sem
nhã dentro dum mattaria
hum Carro que vio esta casa
está a pé da estrada Pu-
blica; mais não disse disse.
Ao terceiro disse que sabe
por ser hum pedaço de terra
velho mettida entre terras
pedras marcos de Cocaes
ras, este pedaço de terra não
estava agora para uma
Olaria de Cozeiro, que é de-
marcação nova feita pelo
Demarcador Marcellino e
seus poderá ter distancia
de agua dois palmos

[illegible] pouco mais, ou e-
[illegible] que pertence dos the-
[illegible] mais não disse deste
nem do quarto por não sa-
ber, nem do quinto por não
saber. Ao decimo disse que
pela denunciação já dita
que viu estar agoa dentro
das terras dos the[illegible], e não den-
tro das de Francisco de Souza
Tavares, e mais não disse
deste nem do septimo por
ser de direito; e sendo-lhe
lido seu depoimento o rati-
ficou e assignou com o In-
quiridor. Eu Joaquim Fran-
cisco d'Assis [illegible] Escrivão
que o escrevi.

Pinheiro. Luiz Martins Novais

Antonio Pereira de Mattos, 2.a
casado, morador na Praia
de fora da Enseada do Britto,
que vive de sua [illegible] idade
de que disse ter trinta e sete
annos, testemunha jurada
aos Santos Evangelhos pelo
Inquiridor, e prometeo dizer
verdade, e aos costumes disse
nada. Perguntado pelo

pelo contheudo no auto
da contestação dos Reos q.e
lhe foraõ lidos e declara-
dos pelo dito Juiz ao
Contestação fl. 114

Dise O Autor disse nada.

Ao segundo Dise que
dahe dá verdade q.e os Reos
são proprios do terreno
na planta dita fora da cerca
do Convento, e q.e elles foraõ Delle
tem huma cerquinha que trazem com
o Autor, por outras, e q.e he
verdade q.e estavam estas
com declaração q.e lhe pe-
ra pertenceraõ ao Autor
depois com o tempo tem-
virto ahe a cerquinha, que
o Autor tem viva sobre
sobre pilares, coberta de te-
lha e lhe disse o mesmo Au-
tor que tinha q.e arrenta
pelinos defronte, e q.e isto
disse elle, porem q.e os
madeiros não tem q.e exede
alguma mas sim p.a o
fim de abaldeamento
e q.e parte dos ma-
deiros não
de testemunha vista q.e

[illegible] epa, fabricador, e domin-
[illegible] testimunha disto dannes-
[illegible] sobre hum carro, eu a
[illegible] nunca o dise dente. Ao ter-
[illegible]ceiro disse que sabe por ser
[illegible] hum predeçi. debaixo e dito
[illegible] apresentado do[illegible] denuncio de-
[illegible]ssa parte, e dente bo[illegible]tar de
[illegible]ra hũa cadra de Coque-
[illegible]ro, e disse mais elle testemu-
[illegible]nha que sabe do lugar donde
[illegible] dito corpo agora estremo
que esta obra ta denovo[illegible]
[illegible] nunca ter visto fazer pon-
[illegible]tos mais a[illegible]m nos que pe-
[illegible]rtence a[illegible] Reos, e mais não
disse dente. [illegible] E sendo ento disse
que sabe por ser [illegible] Autor
[illegible]tirando agora, abrindo do-
[illegible]lles atraves [illegible]t[illegible] nervos de-
[illegible] Francisco [illegible] Sousa Tavares,
[illegible]desta cidade, e cabral, e mais
[illegible]nos dente, nem ou-
[illegible]vir nem [illegible]ornado dos [illegible] Ao
[illegible]sexto disse que sabe que o dito
[illegible]to [illegible] em annos e capaz de
[illegible]ne o mandado da dita tenda
[illegible]nem que ignora de aqui a
[illegible]ver dente cada, e nesta
[illegible] disse dente, e nesta [illegible]

nero do Septimo Pre
Direito Digo Provisor de
Direito, e Juiz do Civel do
Juizo Ordinario e Ecclesiastico
e que mandou escrever por seu
Valor escrever eu o Escrivão que
sidor. Eu Joaquim Ignacio Pinheiro
ro Escrivão o Escrevi. Eu
escrevi

Sigurado.

Pinheiro Antonio + Pereira Vasconcellos

5 Aos Vinte e Sete dias do mez de Outubro, ba-
ixo dado, morador nesta Cidade
Foro da Cidade do Rio de Janeiro que
de que Deos Nosso Senhor e
dois da Santissima Trindade pe-
rdade com Santos Evangelhos
pelo Juiz Provisor, Jeronimo
Dizer verdade, e do costume
Disse nada. E perguntado
pelo contheudo nos artigos
dados Sentação dos Reos que
lhe foram lidos e declarados
pelo dito Juiz Provisor

Contestação

Nihil Aos primeiro Disse nada. E
do segundo Disse que sabe q
Reo e sabe q o autor e

tem [illegible] da Ca-
[illegible] do Brito, oito braças
de terra de frente com fun-
dos [illegible] Barreira, aque-
[illegible] mais dita oito braças
de terra tem huã casa de ta-
[illegible] Dito Barreira cuberta
[illegible] trinta palmos de frente
[illegible] mais, ou menos sobre
pilares, coberta de telha, e
sem parede alguma, com
hum corredor, e mais nada
disse deste. E do terceiro Dis-
se que deve haver hu pedaço
de terreno, [illegible] Barreira
[illegible] da entre duas pedras
hum meio de [illegible] nada
[illegible] agoa, [illegible] depois
[illegible] para baixo até o Cabo
[illegible], ficando distante de
[illegible] de agoa
[illegible] acima dita agoa
[illegible] mais ou menos,
[illegible] o dito Vereador
[illegible] Martins de Mes-
[illegible] o que testemunha
[illegible] disse nada
[illegible] o que testemunha

Testemunha tenente
[illegible]
sorteados, que hirão de seu
[illegible]
[illegible] agoa da bacia do Rio
[illegible]
Arcanjo, pelos herdeiros de
Francisco de Souza Teixeira,
e de Maria Isabel, [illegible]
não deve dente, nem o que
to [illegible] não dever. Pode
se dizer que o Autor querendo
do seu grande todo direito
póde trazer agoa da dita
bacia do Engenho que
[illegible] pertence aos herdeiros
[illegible], entrainão
deve dente, e um do depoimento
perder de direito, e [illegible]
lhe lido e [illegible] do seu depoimento
[illegible] [illegible] de [illegible]
por não saber escrever com
o Juiz ordinario Ex.mo Joaquim
Francisco de Mello e Povoas, Es-
crivão que o escrevi. E. D.

Pinheiro. Geral da
José Ver.a do Ju-

4 Francisco Martins Novaes
[illegible] morador no [illegible]
Pedro João, Freguezia
to do Arcanjo, [illegible]
cida que depois tem vindo
[illegible]

[illegible] Santos Evange-
lhos pelo Juiz inquiridor, e pro-
metteo dizer verdade, e do
costume disse nada, e per-
guntado pelo conteudo
nos artigos da Contestação
contrarios, que lhe forão lidos
e declarados pelo dito Juiz
inquiridor.

Contrariedade fl 44

Ao primeiro disse nada. Disse

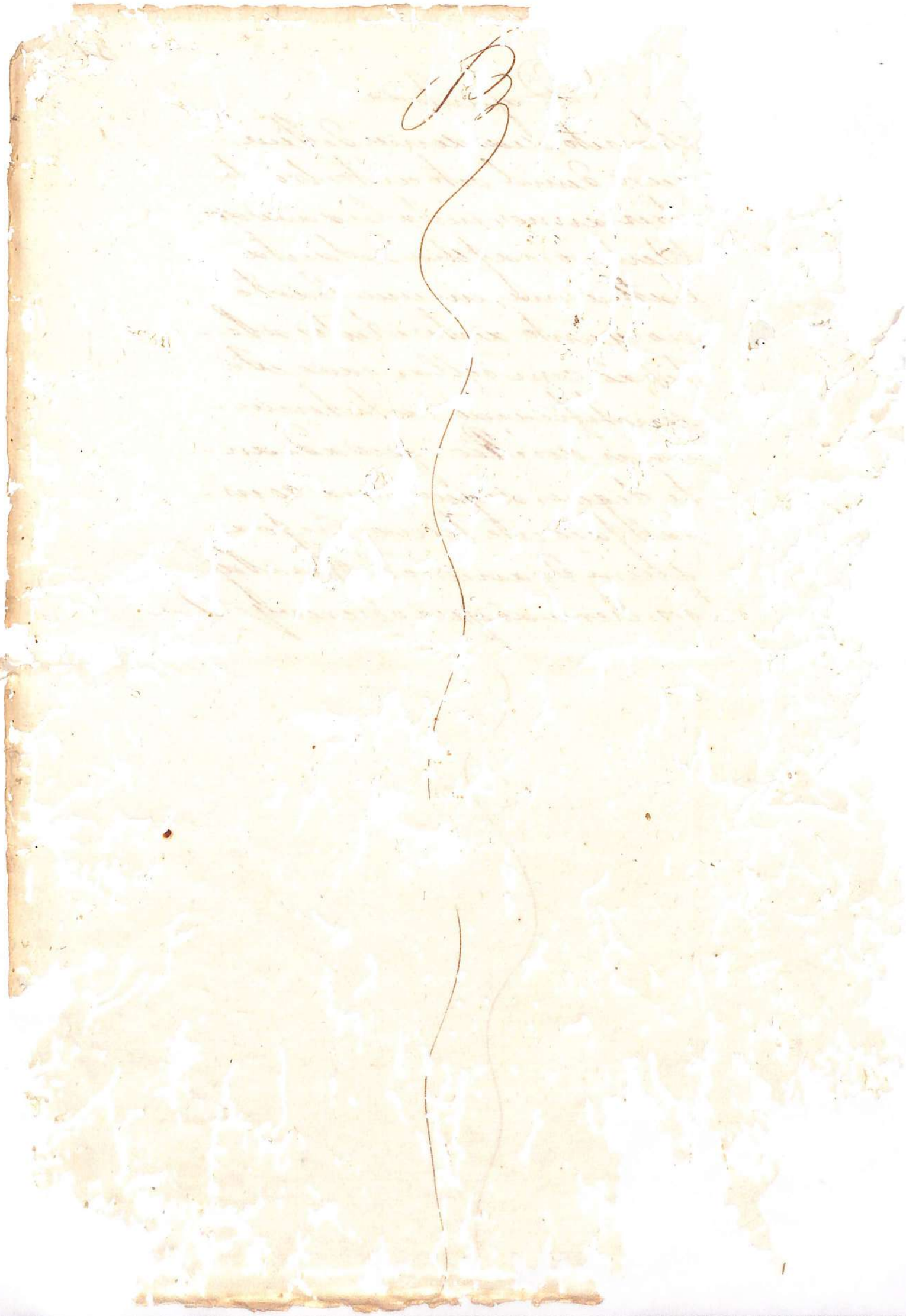
Ao [illegible] que [illegible] sabe
por ouvir dizer que o Au-
tor he Senhor [illegible] braças
de terras de frente com [illegible]
[illegible] fundos, e den-
tro das mesmas levantou
huma casa sobre [illegible], co-
berta de telha, a qual se
acha toda aberta sem pa-
rede alguma, e mais nada
disse a este. Ao terceiro disse
que só sabe por ver no
lugar onde o Author quer
apanhar agoa para o seu
serviço fica distante da
[illegible] que se abrio na
[illegible] de mar [illegible] braças
[illegible] pouco mais ou menos
[illegible] para a banda [illegible]
[illegible] disse

dente. Ao que disse
sabe ser que tendo o
Autor dado por findo
findado a Calma para tirar
agoa da boa cova dos Leoens já
sua por cima de terra o cor-
po, segundo o pedido que
se lhe fez a bem da justiça
do Francisco de Sousa Silva e
escrivão Sabedor, para
poder chegar donde que di-
to Autor, e por Embargo
à boca dirão, em Bem nas
Despesas, nem do que cinco
por cento por não saber nem não dep-
to por não dizer, em [illegible]
Septimo, por ser de direito, e
sendo [illegible] do que depoimen-
to o não fazer, e pagou de
custas, por não dever escrever
com o Juiz que dar Eu Joaquim
Francisco d'Assis Bapt.ª Escri-
vão que o escrevi

Signal de
Pinheiro. Francisco + Mendes

Despacho da

Eleição dos Juizes de Paz deste Freguezia de Nossa Senhora da Conceição de Vera Cruz, e Freguezia de Santa Catharina, em virtude do Decreto de vinte e sete de Agosto de mil oitocentos trinta e tres, e Ordem do Illustrissimo Senhor Presidente desta Provincia, que vai adiante, e que se ha de observar nesta Eleição, e Termo Especial, que Sua Excellencia o Presidente da Provincia dá, em virtude do Decreto, que abaixo se declara.



Obr. Antonio Joaquim de Sequeira, Juiz de Direito desta Cidade e seu Termo na Ilha de Santa Catharina com Alçada e Provedor dos Resíduos &c.

Mando aos Officiaes de Justiça que cumprirem este Despacho notifiquem aos constantes do Edital retro para no primeiro dia util comparecerem em Audiencia que se Celebrará neste Juizo no dia Vinte e quatro de Janeiro de 1853. sob pena de Revelia. Francisco de Paula [illegible] o escrevi.

Despacho

Certifico Eu Marcinho de Sá que em Audiencia Publica deste Juizo de Orfãos e Residuos. Do Mandado Edital supra Requerido Antonio Jose de Souza Jose Ferreira Henriques Jose Victorino Francisco [illegible] Notificados. Requerido O Curador Geral de Orfãos Bastante Entendido do que se [illegible] Ilha de Santa Catharina 24 de Janeiro de 1853

Ignacio Jose Da [illegible]

Nada consta

Por nos vistos e nada constar em nosso cartorio
de notas e judicial e civil contra
a requerente, nesta cidade e
termo. Nada a Santa Ca-
tharina em nosso Cartorio
de notas aos dezoito dias do
mez de Janeiro de mil oito-
centos e noventa e sete
annos eu Joaquim Francisco
de Mello escrivão que
escrevi

Joaquim

Nada mais se continha em dito Certidão
Ferreiros de Mello

Joaquim

Publicação

Aos vinte e nove dias do mez de
Janeiro de mil oito centos no-
venta e sete annos nesta cidade
do Desterro na Igreja de Santa
Catharina em publico e so-
lemne audiencia que nos Juizes do Cor-
rente fazendo e tendo dos fei-
tos civeis e crimes, e das execuções
que por Juizo de Direito e Auto-
ridade de Lei nos pertencem
por virtude foi publicada

Sendo a Illus.e da acerrima inimiga
da terra e Raça e a Calumnia [illegible]
[illegible] que lhe não bem [illegible]
[illegible] e ja mais [illegible]
[illegible] que ja virão [illegible]
[illegible] e confundir a Justiça dos A.A.
com o capricho e emulação e injusta
opposição dos R.R. q. contra [illegible]
o Direito e a Ley [illegible] daquel-
[illegible] e que tanto [illegible] pelo seu
[illegible], [illegible] que
[illegible] Juizes [illegible]
[illegible] mesmos R.R. [illegible] pelo seu
[illegible] de capricho, [illegible]
[illegible] os A.A. com [illegible]
garantia de seu Direitos, [illegible] que
[illegible]damente [illegible] pelos
R.R.

Em todas as paginas deste processo se
encontra a Verdade e a Justiça dos A.A.
e q. se acha tem.te demonstrada e prova-
da nas mesmas e em todas ellas igual-
m.te se encontra o odio, a emulação
e a temeridade dos R.R. sustentando hua
injusta opposição só por mero capri-
cho para fartarem sua Avidez, a fe-
[illegible] Direito que j[illegible] tiverão
[illegible] que [illegible] assistio [illegible] que

Sendo

Tendo os AA. Senhores e possuidores de huma porção de terras [illegible] da [illegible] da Freguesia de Brito, e [illegible] edificar nella huma casa com 40 palmos de frente, e 30 de fundo, coberta de telha, com oito pillares, e nella construirem huma fabrica de socar arroz, pela força d'Agua, e como esta lhe devia emanar da Cachoeira da mesma Freguesia de [illegible], e não podiam ter conduzi-la para a dita fabrica sem deixar de atravessar por terras da propriedade de Francisco de Faria Tavares, deste obtiveram os AA. licença para a dita passagem, que outorgarão em 2[illegible] de Julho do anno p. p. como se vê a fl. 2 sendo o mesmo proprietario Tavares quem fez mostrar a necessidade aos AA. o muito [illegible] de sua propriedade encanharam a mesma agua [illegible] servida e livre [illegible], não [illegible] do Escrivão do Juizo de Paz da mesma Freg., como tudo se prova da dita Certidão a fl. 2, e em consequencia desta licença os AA. encanharão a Agua na Cachoeira e a fizerão conduzir até a sua fabrica, com a qual estiverão [illegible] para a fabrica [illegible].

Porem [illegible] esta fabrica em [illegible]

Sobre este Artº de accordão L. 1. T. 7. q. 3.
Gob. de segurança q. 97. Reg. Dos mss. tº 2. L. 7. Ley
Extr. no 3. pag. 106. Cons. Tell. em tha Dout.as
Acc. nat. 4. = § 116. e ajus Dout.es q. jur.d
todas Sobre q. entend.e em Fe nas das q.es
Ord. da R.ra dos Nov.os de 1804, no q. se ve
claramente decedida a pretende, que tal
em favor das A.A. mui grandes, e subditos no
§§. 12 e 13 do mesmo Alv.

Pelo Deposto em tal artº e todas as
testemunhas da Inquirição de A.A. q.
decorem dos Artº 21 the 24 mostram amen-
mas A.A. privados de seus pannos, e algo-
ns delles cortados pelo R.R. e q.
todas de q. são destas isenções; e pelo con-
trario o R.R. nada provou, e sogne de tu-
do q. se trata, e tal he o Artº 25 pois que
o Depoimento de 8 testemunhas R.
26 the 32 q. se refere, mostra, q. a gente
que dos A.A. ainda em parte tal contra
produzentem, q. nem do dizem, q. nella
ou pelo palmar de terra, q. ora de A.A.
nem tirarão a Agua, nem cortarão, nem
cortarão com R.R. pelo mesmo, nem medirão
q. nem mandarão R.R. tirar, ogne bem pro-
vado q. tudo q. he de A.A. em Ilha Jurisdi-
do Pº Pedro, nem tirarão a Agua do Chafa-
do Pº Pedro, q. he huma Fabrica, q. se fi-
zerão de R.R. com o terreno q. nella se

a mesma Agua gastavão e [illegible] de proprieta-

rios q. e mencionão o dominio foi em con-

sequencia da quelle [illegible], [illegible]

[illegible] e o Auto e mais termo q. [illegible]

[illegible] q. q. a [illegible] o mesmo

[illegible] quando os A.A. ja se acha-

vão na posse da passagem da q. [illegible]

Agua ha mais de tres mezes.

Tanto isto he mais hum dos A.A. como os

dos R.R. dizem q. quando vem o novo [illegible]

[illegible], o mesmo da marcação que os R.R.

da terra vem estar a [illegible] [illegible]

mas na terra pela qual passa a [illegible] dos

A.A. mas agora seja-nos licito pergun-

tar, quem deo Authoridade aos R.R. de

abrirem e [illegible] hum novo [illegible]

q. [illegible] das suas terras, mistas

com terras pertencentes de diversos

proprietarios, em prejuizo de 3.º como

forão os A.A. [illegible] e ouvidos e no

devido [illegible]? quem foi a Authoridade

que o ordenou, e quem a [illegible] della? on-

de existe o Auto ou termo desse [illegible]

to? Respondemos [illegible] que nenhuma

destas formalidades se verão; porq.

[illegible], que [illegible] novo [illegible]

[illegible] ha [illegible] que jamais

existio [illegible] na [illegible]

[illegible] dos R.R.

Ora achando-se o R.A. encommodado com
fabrica das ferragens verdes, para ver
se Agnes das Cachoeiras, em que tinha não
lhe gravar a tal gratificação vem R. Thiago
visto do que lhe disse a 8ª. e 13. do corr.
R.a. de 21 de Novembro de 1808 e tal vem
ao encarado Hespanha de Francisco Cardoso
Tavares proprietario unico das
terras pertencentes ao Rio Jaguaribe, Jaguaribe

Segunda das quaes mencionadas terras, hoje
pertence aos R.R. / o que se negou / foi em
resultado das que lhe tinha dado nove annos
que não agravou, nem ja o seu agravo
não, e mesmo que agravou e aquelle
tinha feito / que não negou / que não elles
se deitou ja o R.A. achou de não ja
das gratificações das quaes Ag. se gravou
na fabrica á mesma deste vem, que
E. a mesma, e mandou o R.A. gratificou
demarcar as terras nas cabeceiras
que não de mencionados Jose tem nas
terras provando em A. tinha dos proprietarios
gratificou com a fabrica. Se não gravou a sua
fabrica deveria exigir a gratificação dos
mesmos R.A. em que tinha, não a gratificou
que tinha na gratificação nada tem
mais que não se gratificou se não gratificou
que agora tem e fazendo a gratificação

de [illegible] da Terra e [illegible] tão [illegible] q.
[illegible] [illegible] he [illegible] que [illegible]
e ninguem pode ser condemnado
[illegible] sem q. primeiro seja ouvido e con-
vencido.

Agora perguntaremos nós a quem se [illegible]
[illegible] prestarão os RR. e seus [illegible]
[illegible] de terra por onde passa a A-
gua para a fabrica dos AA. se isto se
[illegible] para lhe impedirem
[illegible] Mas se não [illegible] terra
[illegible]
[illegible] e da [illegible]
uma [illegible] da qual he que
ficão os [illegible] q. atravessão ? Se
se [illegible] os AA. acaso excluidos da Servi-
dão [illegible] do [illegible] de 27 de
[illegible] de [illegible] q.
[illegible] então como quererem os RR. pro-
hibirem [illegible] passagem d'Agua que
he [illegible] direito permittida [illegible] in-
dividuo ? na verdade a ambição
[illegible] os homens, e acumulação
[illegible]

A vista [illegible] do que [illegible] ficão
[illegible] provado [illegible] dos Autores pa-
rece [illegible]
[illegible] Julgamos, [illegible]

ta Caza a Geral, concedam a ditta
R. B. a graça, q a Supp.e roga, de
fabrica das R.s grandes tudo na antig.
estado em q se achava antes da ex.
prohibição, ou não mandem out.s cou
sas, q.s exp.am, e determinem o que lhe
parecer justo, pois se espera da ex.ma
da Recta Justiça &.

Justiça

P.to Cor.

Antonio Fr.co Ribeiro Jud.

Vi Data

Aos dez dias do mez de Setembro
de mil oito centos trinta e tres
annos, nesta Cidade do Porto
no Cartorio do Escrivão abaixo
declarado, ahi vindo os Supp.es
abaixo declarados, Antonio Pinhei-
ro Guedes, que forão entregues
aos Juizes deputados para con-
star, fez este termo. Eu Joaquim
Francisco de Sá, que o escrevi, Gera
dor que o subscrevi. —

Vi Vista

Aos dez e oito dias do mez de Set.o
de mil oito centos trinta e tres

Aos [illegible] annos, nesta Cidade do
[illegible] na Ilha de Santa Catha-
rina, em meu Cartorio faço es-
tes Autos com vista ao Solicita-
dor [illegible] do Gonçalves d'Olivei-
ra, Procurador dos Réos, de que
para constar faço este termo.
Eu Joaquim Francisco de Sá
e [illegible], Escrivão que o escrevi.

N.^ra^ e Oliv.^a^

[illegible] Nunca [illegible] tão [illegible] com [illegible]
que [illegible] tocar de [illegible] com vista [illegible] das fallacias appar-
encias [illegible] traz o [illegible] até [illegible]
[illegible], não só [illegible] sem [illegible] fun-
damentos [illegible] dos Direitos, mas estranhos [illegible]
sos factos, [illegible] contra o mais [illegible] da Constituição
Art. 179, [illegible] [illegible] inviolabilidade [illegible]
[illegible] individual, [illegible] somente [illegible]
[illegible] dominio e senhorio, [illegible] modo de
[illegible] Santo Antonio.
[illegible] algum trabalho
mais [illegible] fica [illegible]
de [illegible] Bitancourt, como [illegible] pertendido,
[illegible] mal fundado [illegible],
[illegible] para tirar [illegible] em 8
braças de Terreno, [illegible] da [illegible]
[illegible] levante [illegible]
[illegible] nem muito
[illegible] que [illegible] outro [illegible] e que [illegible]
[illegible]
[illegible] tinha [illegible] quanto [illegible]
[illegible]

Prometter, nada encontra em especie, que vá de
da competencia de R.R., mas q. a parte a que se
sustentada, com outra prova? he dizer, q. interpo
da Lei, ou a arte de defesa alega contra ella con
engano, ou fraude, que nos venha illudir a taes, q. se
tem.

A Ré com aliança de Francisco de Sousa
Soares, não q. de ter levantar calhas na serra
dade de José Lourenço de Medeiros, q. se mos
sidencia de José Lourenço de Medeiros foi a hua v
q.e levantar os montes de pedra na propriedade de Fran.
de Sousa Soares, que embaraçava a mina, que se em
tracemia boa, que estava sendo lavrada pelo Direito tem
o Aut. da propriedade a R.R. dono desta obra,
que lhe deu posse o Aut. da propriedade dos RR. e de
estão muito escandalizados da R.R. evita de me
mostrar o Aut. a posse pertence a hu Direito tem
alonga na propriedade do Autor, e muito aquela que a
sua posse vem do seu Direito, Ora sendo
não nos esqueçamos à Regra já tão sabida, com os Au.

Deu por dúvida aliança de Francisco de
Sousa Soares, que dizer dentro dos seus Limites,
esta de obra q. está, que não quer mais
diança dentro da posse e propriedade da R.R. a
favor do Aut. sendo um daquelles Objectos da regra com
tida pela R.R. empossamento esta posse pois nos
não o R.R. o Direito tem a sua propriedade,
fazemos persuadir muito para que se mantenha
com Pereira e Sousa, em suas Instituições civis, ainda
do Alvará de 2 de Outubro de 1814 sendo as
Aguas da propriedade Objecto de posse perfeita
[illegible] as Aguas he de uso público, donde se afasta
[illegible] por meio de aqueductos, mas [illegible]
a mesma cheia [illegible]

Sendo como he do seu particular interesse, e nec-
Sendo cultivar campos sem agoa Chafarizes
publicos, q se vai buscar por meio de huma fonte, ou
ao trabalhar a sua é propriedade, sem que para
isso precisa, e conforme em semelhantes cazos
que se tem julgado sobre as opiniões dos
AA, não se pode dizer tal agoa de cert quem
mais sim de hum Corrego que não he publico mas
sim dos Proprietarios das terras por onde elle passa,
e se a ré tem comodo naquela agoa, sem
desfrutar odi comodo, q que passando pelos fundos
das terras dos Autores, e que sendo, ha o que
impedir sem interromper ou desviar pela estrema en-
tre o Sr. Jozé de Souza Soares, enxuga atual-
mente a agoa do seu Corrego emuito mayor pellas
suas vertentes, interrompendo lhe assim a sua, por meio
de huma acçaõ, que lhe não compete, cujo attendo lhe
não he respectivamente de S.S. 13. mil para as despezas
em regularidade alguma, segundo assim
o manifesta.

E vem os Autos cit dos de 1. e 7. que 3 dos
cit que 17 Pegas Forens Tom. 7 Cap. 241. n 3. pag. 306
n 1. um dos fundamentos hade ser ponderar a força,
q ser ofendimento fisico á minha agoa muito de-
pende da natureza curso della, salvo se lhe para
nos Autores ver pelo Sabe copia as paginas do Tom. 4. do
Dr. Luiz emfolio Coquino por Caetano Pereira
e Sousa

Quem nos ensina huma tal ou qual parte da
sciencia, e não he preciso mas pura huma
cabal nos mostrar a Ord. do Reyno, de tan-
to cit. Act. como dos RR. dos mais vem hoje, q deve
levar, mas nada se para citar pra ella parte dada
interrupção, pura sima da proprietaria dos RR. dada

Dos R. R. idas para baixo e mais prejuízos sem
lha, privar o interesse de tantos para aproveitamento de hum
genero sustenta o interesse publico com o fim de tão Ro-
so empunhão nos termos daquelles a que trata a Ord. L.
tit. 78. §. 8. n. 2 na carga de, he dizer o caso dos Proprie-
tarios quando com, na capacidade manutenção em
esfa hu pertenção das Acti, que giuris mandados
com o discomodo de tantos, que tenha, que agua,
e daquelle per este meio huma posse aproprietados
dos Ros. entrando macia mente na propriedade
que lhe não pertence considerando: com direito
de tomar e entra aproveito de tomar a de propri-
edade, q' arrib, que ninh Direito q' avaro
pur quanto.

Para maior intelligencia do negocio tare-
as das Rubricas ou quer dizer Corregos, he tenção a
aquelles hum cujos predios Mas parte do Ro. man
que 3.° Bar. 2 p. tit. 2 n. 35 Socorro para o ar
predios particulares de diversos donos, ainda
communs os confinantes Ligas de Ord. L. tit. 78.
§. 18. n. 6 Paul. e nisto hajam mesmo que nas
Agua. Este são as proprias do dono da terra, tendo
o Act. nasua p. opriedade por onde ana
do seu terreno em diante a se aproveitar da
Aheia, que lhe não pertence. E, a pro diacu
adespeito acusta Aheia.

Pellas mesmas provas que vem a cima, de
julgar força de esbulho; e na hum fundamento
tal força, o Terreno não he de propriedade dos Act.
empuguna segrande Litteria. e dentro dos
Limites, acta Ro. que leva as suas para
da sua proprietade, e tolerancia, não os Ro. re-
vindicado as posse, que Logica? que como se cidade
bem optaida da verdade, e mais armas seacen-

Huma Escrita contra [illegible] decente.

Ultimamente para os Autores intentarem
huma acção de força, devião os Espoliados, por via destes requerer
o [illegible] que vão sujo requer, apremiarem que estavão pacifica-
dos os Autores dos RR; a segunda sumaria o inven-
tario dos, cabeças lançados fora de força, o que
se não pratica, como dis Pegas tom. Cap. 11. n. 206.
mas agora pergunto mais, qual Leis dam tal
licença, que se negar a força contra o legitimo verdadeiro
Senhor, que se negar a força da propriedade, pelo pos-
sessorio, e como a força de
facto não ganha, emfim estamos no tempo; as provas
dizem 2as 2tas 2as são as testigas, logo provão nas isi-
mas que querião, mas se esperão justa em virtude da
força as provar, e as 2as 2tas 2as dizem daquelle
tempo, espera os RR. verem deliberado não haver
Terra alguma, antes pelo contrario devem os Aut.
dos nas custas em obrigar intentarem
uma, nem hum fundamento provando huma
so causa, ainda mesmo a dos Autores pertur-
bar os RR. nas suas posses, e propriedade pelo Direito
ordinario os Direito devolução que afim se espera
ver deliberado pleito e pagamento de Solitos.

Justiça

Dor. [illegible]

Nota

Advirta trezentas dezenove
folhas e oitocentas trinta
e nove, sete cidades do
Diretorio e seis de Setembro
Thereza Innocencia Cortes

Cartorio pelo Solicitador
Candido Gonçalves d'Oliveira
na forma estabelecida em
Auto, de que para constar
faço este Termo. Eu [illegible] um
Francisco de Sá Pereira Pinto o
escrevi que reservi

Certifico que estes Autos [illegible] del-
lo Setenta e cinco folhas com uma
de que este e mais nenhum Termo ha
de Abril de 1833.

1$350 Joaquim Francisco Pereira de Sá Pinto.
S 2625

Sello 350 rs. do Sello Pret.
em 25 de Abril de 1833

Pereira

Velloso

Aos vinte e cinco dias do mez de
Abril de mil oitocentos e trinta e
tres nesta Cidade do Porto e Cartorio
do Escrivão abaixo nomeado em
Audiencia Publica em que se achavão
presentes os Doutores Juiz de Fora
Antonio Joaquim de Siqueira
de que eu Escrivão hei por fé
Termo e Joaquim Francisco
Pereira de Sá Pinto Escrivão
do Civel que o

Cartorio com Joaquim

Pinto [illegible] perante [illegible] Juiz [illegible]
[illegible] huma [illegible]

comprehendia o Lugar de Cabaceiras por dito Juiz
assim no R. Juiz nos dar agora pela cabeça
o Rio e em outra não nos é necessario =
nem que não fosse o Juiz competente para tomar
o seguro, porquanto assim o [illegible] em
cinco annos que decorrido tem, logo ao
tempo mencionado. Além do que se o R. se
considerasse offendido com este ou aquelle
dito proferido por R. não podia o
R. reduzir-se logo a um auto judicial
sim que lhe fazendo o protesto, por
hum tal modo, e não o nem dar lugar a
Autoridade judicial correr [illegible]
ao cartorio nem o juiz presente, fazendo
com duas testemunhas nem agora nem
Tomara ter um Cartorio, e o R. por ter
missão [illegible] achar-se a frente Porto
e com [illegible] auto vinganças e R. [illegible]
perito julgo commettido a fazer e [illegible]
mas tanto antes o [illegible] R. contra
a forma de [illegible] e referido
transmittido por elle ao R. para o per-
mittir, e mandar retribuir o R. ao mo.
referido [illegible] o protocollo

Ajuntada

Aos trinta dias do mês de Março de mil oitocentos e trinta e dois annos, nesta Cidade de Santa Catharina, em minha Caza de morada, tendo aqui vindo o Autor, e Peticionario, e logo lhe disse, que aguardasse, para contar, até o fim do termo. E para constar, eu Francisco de Assis e Sá escrevi. Ferreira ajuntou

---

Illmo Snr Dr Juiz

Diz Joze Lourenço da Silveira, sua mulher que em huma acção de força que lhe Deduzam. perante este Juizo de Sousa contra Antonio sua mulher na pose e Propriedade dos cazes, Sentença; e nella Sentença, da qual Appella para o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, protesto por vista fazer subir os Autos da mesma, Mandando V.S. que se lhe tome sua Appellação por termo e certifique a secretaria deste Juizo. //

Joaquim Mendes Ferreira

Mais como

E. R. M.

(segue) V.S.ª seja servido ao mandar tomar por termo sua Appellação que assim fica a premissa //

E. R. M.

Serena

Termo de Apelação

Aos vinte e hum dias do mez de Setembro de mil oito centos e trinta e hum, nesta Cidade do Desterro na Ilha de Santa Catharina, em meu Cartorio compareceo presente o Advogado Bento Gonçalves d'Oliveira, procurador bastante do Reo José Lourenço de Seixas, e sua mulher, e por elle me foi dito, que por parte de seus constituintes, tendo sido a dita sua constituinte condemnada contra os mesmos por sentença, proferida pelo Juiz ordinario desta Villa, a entrega do dinheiro, que recebeo, e não satisfazendo a sentença, pretendem os seus constituintes Appellar para a Relação desta Provincia, como com effeito Appellou, e requereo a mim Escrivão que o escrevesse. E

Eu [illegible] Escrivão o escrevi.

Audiencia, e seguimento, verificação do dito Appellante, e sua procuração do mesmo Appellante, e do Appellado.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e trinta e hum, aos

...ravemos... esta Cidade do
Desterro na Ilha de Santa Ca-
tharina Republica Brazi-
leira aos Paços do Conse-
lho onde se achavão os Autos,
partes e seus Procuradores, e
sendo ali presente o Alferes Ma-
noel Rebanhos da Silva Vello-
zo, e pelo Solicitador Can-
dido Gonçalves de Oliveira, Pro-
curador dos Reos, foi dito que
por parte de seus constituintes
ratificavão a appellação in-
terposta para o Superior Tri-
bunal da Relação do Rio de
Janeiro, requerendo que esta
... fosse servido havela
por ratificada, e que para o
... da mesma se louvava
na pessoa de todo o ... da
... estava presente o So-
licitador Antonio Pinheiro
Guedes, Procurador dos Auto-
res appellados, por elle foi di-
to que para o ... da mesma
appellação, por parte de se-
us constituintes se louvava
na pessoa de Manoel da Sil-
va ... Avista do que
houve ... Registro a ap-
pellação por ratificada, e as
partes por louvadas, e ter-
minou de que ... se o termo

[illegible] termos de Ad. Pedro [illegible]
[illegible] tar faço este termo de assentamento de Ad. Pedro [illegible]
[illegible] posto dalcatra que jaz [illegible]
[illegible] em a Torre de Pero [illegible]
[illegible] dão Isidoro de Jesus de [illegible]
[illegible] Silva, aquem declarei do [illegible]
[illegible] teor. Eu Joaquim Francis-
[illegible] co de Assis de Paiva, Escrivão
[illegible] que escrevi. O —

Declaração

Aos dois dias do mez de Dezembro de mil oito centos
trinta. Nesta cidade, e Villa de Nossa Senhora,
da Conceição do Piracicaba, em
Santa Catharina, em meu
Cartorio onde estou de ser-
viço compareceu de que
de que dou fé conheço, de
que para este assentamento
de termo. Eu Joaquim Francis-
co de Assis de Paiva Escri-
vão que o escrevi O —

Illmo Snr. Juiz de Direito

Diz José Lourenço de Medeiros morador no Termo da Villa de São João da Barra que na Causa de Força Nova que lhe moveu o Major Jorge de [illegible] de Avila Seguio-se sentença contra o Supplicante a qual agravou para a Relação do Rio de Janeiro decidindo a mesma Relação que o Supplicante existisse com o Supplicado a Juizo de Vista tomasse o Termo de Assistencia e julgado por sentença decorrido os Autos para o Supplicante pagar as Custas pede a V.S. seja servido mandar que junta esta aos Autos se lhe tome o Termo de Assistencia e julgado por sentença decorrido os Autos para o Supplicante pagar as Custas pede a V.S. seja servido mandar.

Juiz Doutor
2o. Depositario de
1853.

E. R. M. Seja servido o Snr. Escrivão mandar.

Termo de Assistencia

Aos trinta dias do mez de Dezembro de mil oitocentos trinta e tres de declaração José [illegible]

Saibam quantos este Instrumento de Escritura de Venda virem como no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e dous aos vinte e quatro dias do mez de Janeiro nesta Villa de Nossa Senhora da Conceição do Rio Verde, Districto de Santa Cruz, perante mim Escrivão e testemunhas abaixo nomeadas e assignadas compareceo presente Manoel Jorge de Oliveira Coutinho, morador nesta Villa, e pessoa de mim Escrivão e testemunhas de que faço menção, e disse elle que vendia como de facto vendido tem a Francisco Pedro de Oliveira, morador nesta Villa, para sempre duas datas de terras de cultura, que houve por compra que fez a Major Jorge de Oliveira Coutinho, sitas no lugar denominado Ribeirão, com as confrontações declaradas na Escritura de Compra, que apresentou ao Escrivão abaixo assignado, e que fica em seu Cartorio, e pertence a esta Escritura de Venda, pela quantia de quatrocentos mil reis, que delle Vendedor recebeo em dinheiro de contado, de que se dá por pago, e satisfeito, e por isso lhe dá plena e geral quitação, e se obriga a fazer sempre boa esta Venda, e a não a revogar por nenhum modo, e se o fizer não será ouvido em Juizo sem primeiro pagar ao Comprador o dobro do valor que custar, e pagará mais as custas, e perdas, e danos que se seguirem, e ao Escrivão abaixo assignado pagará mais o Sello, Escriptura que se fizer, e Escrevo (C) —

Eu Joaquim Francisco de Assis Lobão, Escrivão que o escrevi —

Manoel Jorge de Oliveira Coutinho

Francisco Pedro de Oliveira

Testemunhas

Manoel Luiz Pereira de Medeiros

Manoel Luiz Coelho

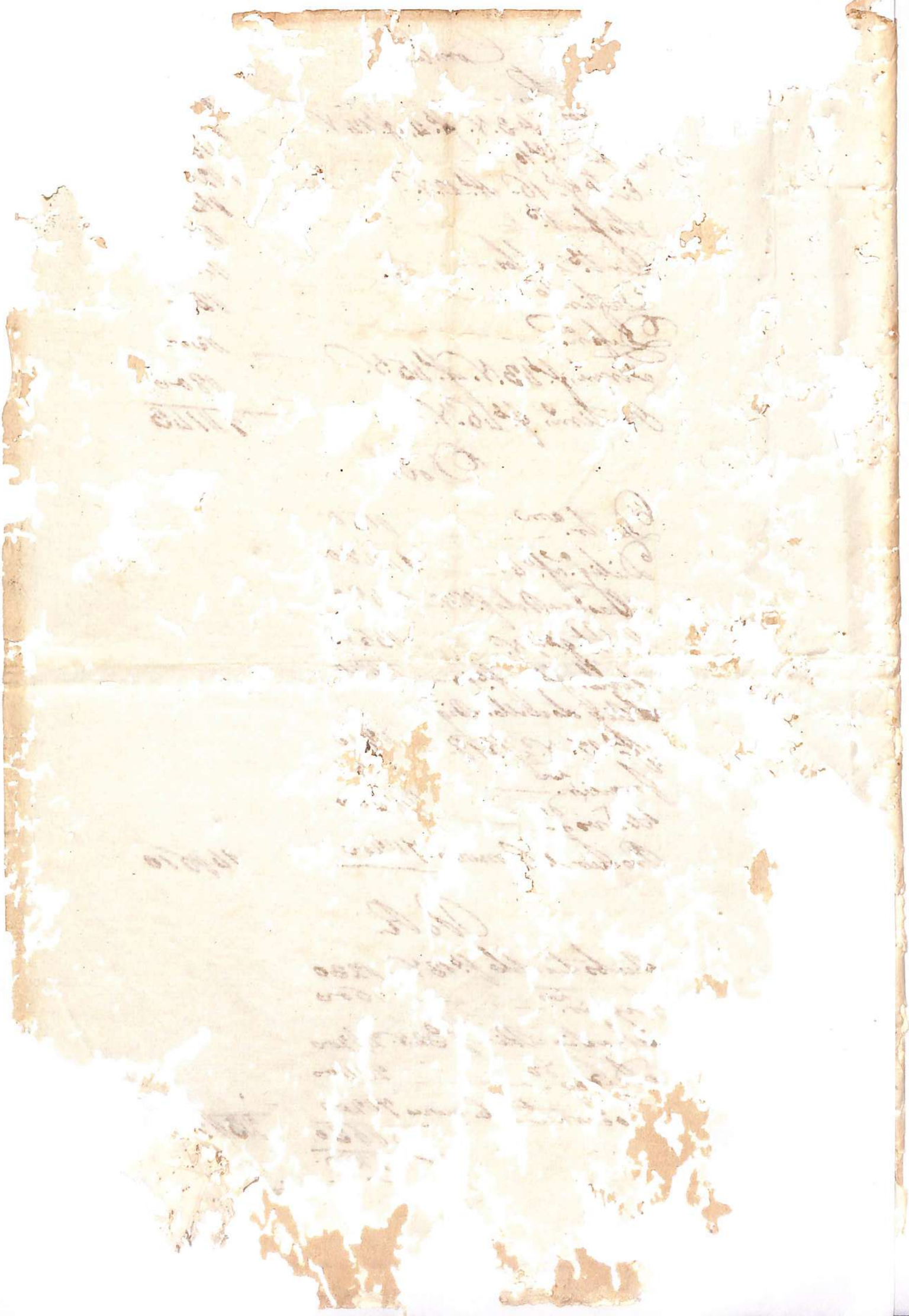
Certifico

Comia

[illegible]

Doc.

[illegible]

Vo R.

[illegible]